

DEBATE

TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA, DOCÊNCIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: EM BUSCA DE UM POSSÍVEL DIÁLOGO

Translation and interpretation for Brazilian Sign Language and Portuguese Language, teaching practice and graduation of College professors: looking for a possible dialogue

Diléia Aparecida Martins*

* Tradutora e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa (Prolibras MEC/UFSC). Pedagoga em Educação Especial e Mestranda em Educação (PUC Campinas).

E-mail: dileiamartins@hotmail.com

Material recebido em março de 2007 e selecionado em maio de 2007.

RESUMO

O presente trabalho reflete sobre a tradução e a interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da Língua Portuguesa, a prática docente e a formação de professores na Educação Superior. Apresenta uma reflexão acerca da prática pedagógica bilíngüe, enfatizando os efeitos da modalidade visual-espacial da Libras e oral-auditiva da Língua Portuguesa, bem como as possibilidades para a superação de barreiras de acesso ao currículo acadêmico no contexto bilíngüe vivenciado por surdos.

Palavras-chave: Tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa. Práticas pedagógicas bilíngües. Formação de professores na Educação Superior.

ABSTRACT

The current work reflects the translation and interpretation of the Brazilian Sign Language and the Portuguese Language, the teaching practice and the Teachers' Training Course at university level. It presents some thinking about the bilingual pedagogical practice emphasizing the effects of the visual-spatial modality of the Brazilian Sign Language and the oral-auditory one of the Portuguese Language, as well as the possibilities for overcoming access barriers to the academic curriculum in the bilingual context lived by deaf subjects.

Key words: Translation and interpretation for the Brazilian Sign Language and of the Portuguese Language, bilingual pedagogical practice, teacher's training course at university level

Pensar no trabalho do tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da Língua Portuguesa na Educação Superior ainda é uma novidade, considerando-se o baixo índice de acesso de pessoas surdas a esse nível de ensino. De fato, a escolarização desses educandos submete-se atualmente a sérias mudanças, partindo do respaldo legal oferecido à comunidade surda, em resposta a anos de reivindicações pela garantia de direitos. Assim, a reorganização do ensino, visando à eliminação de barreiras de acesso à escolarização, é um assunto intensamente discutido nas esferas governamentais.

Em meio às discussões na política neoliberal, emerge uma proposta de Educação para todos, discutida a partir da Conferência Mundial de Jointien, realizada na Tailândia em 1990, em que os considerados vítimas da exclusão social e que, em determinado momento, foram impossibilitados de acessar a formação necessária ao desenvolvimento humano, são colocados no mesmo patamar. No que tange à pessoa com deficiência, a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994) reafirma

a necessidade da eficácia educativa a ser alcançada pela escola, enfatizando os meios e recursos que devem ser assegurados a esses educandos.

A Universidade, enquanto *locus* educativo, assume não só a disseminação do conhecimento científico na sociedade, nessa política de *Educação para todos*, como também seu papel na equiparação de oportunidades de acesso ao saber científico. A questão da equiparação de oportunidades está ainda fortemente relacionada à igualdade de oportunidades, à constatação de índices de acesso e não-acesso e ao acesso em contrapartida à qualidade. Empenhamo-nos em refletir sobre o último caso, a qualidade nessa proposta de garantia do acesso – qualidade, não no sentido de avaliação que direciona a um modelo ou referência, mas na dimensão da prática pedagógica e dos caminhos traçados por educadores e tradutores-intérpretes de Libras e Língua Portuguesa. A garantia de acesso ao conhecimento remete diretamente ao respeito aos envolvidos; nesse sentido, nos deparamos com questões a serem consideradas para o desenvolvimento da proposta de educação inclusiva na Educação Superior.

Ao observar a história da comunidade surda, defrontamo-nos com trajetórias escolares indicadoras de fracasso escolar (Góes, 2002), manifestando a ineficácia da metodologia, organização e estrutura escolar na perspectiva da ideologia oralista e bimodal. As pesquisas sobre Língua de Sinais Americana e o reconhecimento da comunidade, cultura e identidade surda nos Estados Unidos movimentaram a reformulação da proposta de educação de surdos, apresentando a visão de que a pessoa surda seria usuária de duas línguas: como primeira língua, a de modalidade visual-gestual, sua língua

natural, e, como segunda língua, a oral majoritária do país.

Nessa perspectiva, o bilingüismo passou a ser reconhecido como uma proposta para a educação de surdos (Pereira. In: Mendes; Almeida; Willians, 2004) que aponta o fundamento básico de que uma criança precisa encontrar um ambiente lingüístico favorável à aprendizagem dos dois sistemas. Leland (2006) afirma, ainda, que o bilingüismo como proposta educacional ganhou forças na década de 60, nos Estados Unidos, e que sempre esteve agregado a batalhas ideológicas. Historicamente nos deparamos com línguas de prestígio, como até hoje é o inglês. O autor, ao discutir política lingüística, menciona que falar inglês fluentemente é o que se diria “chique”, enquanto o bilingüismo vivenciado pelo surdo é “brega”, uma vez que não é valorizado nas relações econômicas. As línguas de sinais sempre serão línguas de minorias, seja no Brasil, nos Estados Unidos ou em qualquer outro país, estando seu reconhecimento diretamente relacionado aos valores socioculturais.

Os dados oficiais da Educação Superior (Censo Superior MEC/INEP) referentes ao ingresso de pessoas com deficiência apresentam um total de 11.999 matrículas em 2005, das quais 2.428 correspondem a educandos com deficiência auditiva (consideramos que surdos fluentes em Libras estejam

inseridos nessa categoria). Lembremos ainda que, em 2003, eram 665 e, em 2004, 974 educandos. Os fatores emergentes dessa realidade, por representarem novos desafios, estão sendo incorporados ao ofício docente, diante das implicações do bilingüismo vivenciado pela pessoa surda.

A grande indagação está relacionada aos impactos da modalidade lingüística da Libras nas relações de ensino-aprendizagem e na organização curricular, pois, conforme caracteriza Brito [MMS3] (1997), trata-se de uma “língua que utiliza um canal visual-espacial e não oral auditivo como acontece com as línguas orais; articula-se espacialmente e é percebida visualmente”. Quadros (2006) afirma que professores e intérpretes de língua de sinais não sabem muito bem como resolver impasses na sala de aula decorrentes da nova experiência.

Em concordância com essa afirmativa, Skliar (1999) aponta que as práticas educacionais perpetuam ideologias vigentes. Em muitos aspectos, a inclusão de surdos perde de vista o que sumariamente seria o bilingüismo. Além disso, a ausência de estrutura coerente com a necessidade bilíngüe do surdo usuário da Libras acaba por impor a esse indivíduo o condicionamento a uma determinada norma. Viver-se-ia assim a normalização (Foucault, 1997) mascarada no ideal de uma *Educação para todos*.

As línguas de sinais sempre serão línguas de minorias, seja no Brasil, nos Estados Unidos ou em qualquer outro país, estando seu reconhecimento diretamente relacionado aos valores socioculturais.

Diante dos ainda poucos alunos surdos que até o presente momento histórico conseguiram superar as etapas da escolarização e adentrar a Educação Superior, nos deparamos com desafios e incertezas, mas ao mesmo tempo com caminhos construídos nessa nova experiência.

**FUNDAMENTOS
TEÓRICOS-PRÁTICOS DA
FORMAÇÃO DO PROFESSOR
– DESTAQUE À LÍNGUA
PORTUGUESA**

Entre os fundamentos teórico-práticos que compõem a formação do pedagogo no curso de Pedagogia, alocam-se os referenciais relacionados ao ensino de Língua Portuguesa, de acordo com as diretrizes curriculares e com os Parâmetros Curriculares Nacionais para Língua Portuguesa da 1.^a à 4.^a série. Diante da proposta dessa área curricular – estudar a constituição histórica da Língua Portuguesa e seus fundamentos epistemológicos, discutindo as relações entre teoria e prática no ensino-aprendizagem no ensino fundamental – um desafio se instalava.

Como traduzir¹ e interpretar as aulas, possibilitando ao acadêmico surdo compreender a Língua Portuguesa, sem que lhe tivesse sido facultado o acesso a essa língua na modalidade oral? Nesse sentido, a parceria entre docente e intérprete foi fundamental, garantindo assim

Diante dos ainda poucos alunos surdos que até o presente momento histórico conseguiram superar as etapas da escolarização e adentrar a Educação Superior, nos deparamos com desafios e incertezas, mas ao mesmo tempo com caminhos construídos nessa nova experiência.

o respeito à realidade lingüística do educando.

Sistematizamos momentos que vieram a compor uma metodologia de trabalho, sendo o primeiro referente ao estudo acerca da aquisição da linguagem, Libras, Língua Portuguesa e Lingüística. Num segundo momento, analisamos os aspectos teóricos sobre alfabetização e letramento, para visualização de possibilidades de aquisição da linguagem da pessoa surda numa perspectiva construtivista. Levantamos questionamentos quanto aos níveis de alfabetização, com fundamentado em Ferreiro (1990):

se Olga Letícia fosse surda, como perceberia as letras (grafemas) e as associaria aos sons? Se a aquisição da linguagem por surdos fluentes em Libras é visual-gestual, como seria então a representação escrita de uma criança surda numa perspectiva construtivista? Em que símbolos uma língua visual-espacial se pautaria para a representação escrita?

O terceiro momento foi de concretização do estudo quanto às possíveis relações entre o processo de construção da escrita em Língua Portuguesa e em Língua de Sinais. Buscamos similaridades entre os processos, sem perder de vista os aspectos importantes relacionados a uma ação construtiva. Stumpf (2003) define bem a importância da escrita de sinais, conhecida como “*Sign Writing*”, ao afirmar: “Os surdos precisamos de uma escrita que represente os sinais visuais-espaciais com os quais nos comunicamos, não podemos aprender bem uma escrita que reproduz os sons que não conseguimos ouvir. [...] uma escrita própria fez sempre falta para os surdos, sempre dependentes de escrever e ler em outra língua, que não podem compreender bem”.

A partir dessas reflexões, houve toda uma reestruturação didática e metodológica através da utilização de práticas visuais: uso de retroprojetor e multimídia para exposição dos textos e desenvolvimentos das

¹ Nessa perspectiva, tradução é compreendida como um nível cognitivo da linguagem, que exige interpretação por meio da recodificação. Compreende o tradutor e intérprete de Libras e Língua Portuguesa na dimensão de linguagem, na visão de Bakhtin e Saussure, em que a língua é um fato social ligado à comunicação. Enfatizamos, porém, uma diferença entre a visão dos dois autores: para Bakhtin, a língua é mais do que um objeto abstrato ideal, já que o autor valoriza a enunciação e o discurso fundamentados nas estruturas sociais. Ambas as visões negam a compreensão das afirmativas do paradigma positivista, que atribui ao tradutor e intérprete a função técnica de mero emissor e receptor de mensagens. Nesse sentido, a comunicação e a língua implicam conflitos de classe no interior do sistema em que estão inseridas, coexistindo relações de dominação e de utilização da língua como instrumento ideológico. Tradução, sob esse olhar, remete à compreensão de línguas enquanto signos dialéticos, dinâmicos, vivos e ideológicos.

aulas. Pensar a construção da escrita de sinais foi uma possibilidade de trazer maior significado à escrita da Língua Portuguesa, pois se apropriar da linguagem é produzir sentidos, o que não constitui numa prática mecânica. A escrita da língua portuguesa virá como uma atividade de letramento relacionada ao conhecimento de signos e significados por meio da valorização da Escrita de Sinais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto educacional, o professor apresenta-se como um mediador e, ao deparar-se com mudanças de concepção em torno da educação da pessoa surda assume em seu exercício do magistério novos valores, conforme ressalta Arroyo (2000) “o magistério incorpora perícia e saberes aprendidos pela espécie humana ao longo de sua formação”. Numa proposta de educação bilíngüe para surdos, com a atuação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa em sala de aula, deparamos-nos ainda com diversos elementos transformadores da proposta curricular e das práticas pedagógicas.

A parceria entre docente e Tradutor e Intérprete pode garantir o sucesso de propostas relacionadas às disciplinas do currículo acadêmico, considerando-se a necessidade de reorganização do currículo e adaptação de elementos constituintes das disciplinas. Otoni (1997) aponta-nos que “traduzir, enquanto transformação e produção, é libertar-se da língua materna; é sair dela e a ela retomar”. Enquanto tradutora

e intérprete vivo essa transitoriedade, entre o que me constitui intérprete, e o que constitui a pessoa surda no que tange à língua e as condições de reconhecimento dessa língua. A escolha pela observância de um modelo de tradução e interpretação sociolingüístico e/ou bilíngüe e bicultural pode atribuir ao profissional o ofício de parceiro e colaborador no processo de ensino-aprendizagem vivenciado pelo acadêmico.

A busca pela equivalência semântica e o reconhecimento do contexto, dos participantes, dos objetivos e da mensagem valoriza as culturas envolvidas no processo tradutório, tornando-se, fundamental para fazer com que a mensagem original sofra a formulação sintática e, posteriormente, haja a produção da mensagem na língua-alvo, correspondente coerentemente ao contexto de ensino.

O nosso desafio será sempre o de superar a suposta aceitação de todos que a acobertam as diferenças, o discurso da classe dominante, manter a estrutura como está e incluir quem sempre esteve fora do contexto, porém, uma inclusão descontextualizada da realidade dos sujeitos envolvidos, dos detalhes e as minúcias que constroem as relações.



Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Fundamental Língua Portuguesa 1ª à 4ª série*. Brasília, 1997.
- FERREIRO, Emília. *Reflexões sobre alfabetização*. 16. ed. [S.l.]: Cortez Editora Autores Associados, 1990.
- GÓES, Maria Cecília Rafael. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.
- LEITE, Sérgio Antonio da Silva (Org.). *Alfabetização e letramento: contribuições para as práticas pedagógicas*. Campinas: Komedi Arte Escrita, 2001.
- LODI, Ana Cláudia B.; HARRISON, Kathryn M. P.; CAMPOS, Sandra R. L. de. Letramento e surdez: um olhar sobre as particularidades dentro do contexto educacional. In: _____ et al. *Letramento e minorias*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. 17. ed. Editora Cortez, 2006.
- LURIA, A. R. *Pensamento e linguagem*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.
- OTTONI, P. R. O Papel da Lingüística e a relação teoria e prática no ensino da tradução. *TRADTERM - Revista do Centro Interdisciplinar de Tradução e Terminologia*. São Paulo: USP, v. 4.1, p. 125-139, 1997.
- QUADROS, Ronice Muller. Políticas lingüísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. *Caderno CEDES*. vol. 1, n. 1, São Paulo: Cortez; Campinas: *Caderno CEDES*, maio/ago. 2006, vol.26, n. 69, p.141-161.
- _____. Efeitos de modalidades e práticas pedagógicas. In *Temas em educação especial: avanços recentes*. UFSCar, 2004.
- _____. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- _____. In: *O tradutor intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Brasília: MEC; SEESP, 2004.
- SKLIAR, Carlos (Org.). *Atualidade da educação bilíngüe para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- STUMPF, Marianne Rossi. Transcrições de língua de sinais brasileira em SignWriting. In: LODI, Ana Cláudia B. et al. *Letramento e minorias*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.
- UNESCO. *Declaração de Salamanca e enquadramento da ação. Necessidades educativas especiais*. Salamanca, Espanha, 1994.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Organizadores: Michael Cole et al. Tradução: Luís José Cipolla Neto. 5. ed. São Paulo, [s.n.], 1994.